

5. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A VÁRIAS FREGUESIAS:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal a atribuição dos seguintes apoios financeiros:

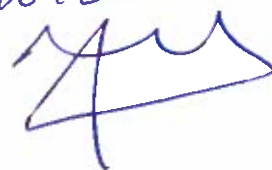
DAF – Divisão de Apoio às Freguesias

- **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, para execução da obra do **"Bebedouro para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha"**, no montante de **1.049,40 €**, com **IVA**.

- **União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, para execução da obra do **"Centro Cultural Interiores - Cabreiros"**, no montante de **50.000,00 €**;

A → 6 Excmo.

26/12-25



PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

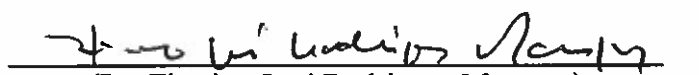
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a execução da obra do **“Bebedouro para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha”** no valor de **1.049,40€ c /IVA**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 2 de Dezembro de 2016

Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga



(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra
“Bebedouro para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha”**

1.º- A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha**

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha**

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha** mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º- As determinações do **MUNICIPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - A Junta da União de Freguesias da Arentim e Cunha deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

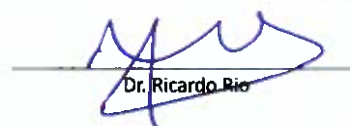
PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

Proceder em conformidade.

46/12/05

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

INFORMAÇÃO N.º : DCPCG037

DATA: 2016/12/05

ASSUNTO:


Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Apoio Financeiro à União de Freguesias de Arentim e Cunha

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao Apoio Financeiro a atribuir à União de Freguesias de Arentim e Cunha, para execução do “Bebedouro para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha”, decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2017), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 1.049,40€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao Apoio Financeiro serão suportados pelo orçamento de 2017, através da rubrica “0102.0805010201 – Freguesias – Obras e Melhoramentos nas Freguesias”, inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2017 com o n.º “2017/8 – Transferências de capital – Freguesias – Apoios Financeiros”.

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/14432/2016


Assunto: Bebedouros para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha

Freguesia: U.F. de Arentim e Cunha

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>Na sequência do despacho do Sr. Vice-Presidente, datada de 25/11/2016, de remeter à DAF - Secretaria, D. Filomena Vieira, para elaborar a respetiva proposta de apoio financeiro a submeter à reunião da executiva.</p> <p>30.11.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	
	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A 15 de Junho.</p> <p>16/12/15</p> <p><i>[Signature]</i></p>

António de Sousa

16/12/2015



PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, destinado a apoiar a execução da obra do “**Centro Cultural Interiores - Cabreiros**” no valor de **50.000,00€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 5 de Dezembro de 2016

Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga


(Df. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra
“Centro Cultural Interiores - Cabreiros”**

1.º - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º -O MUNICÍPIO pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O MUNICÍPIO pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião** mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º- As determinações do **MUNICIPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - A Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos de S. Julião deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

Proceder em conformidade.

16/12/05

O Presidente da Câmara Municipal,


Dr. Ricardo Rio

INFORMAÇÃO N.º : DCPCG038

DATA: 2016/12/05

ASSUNTO:


Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Apoio Financeiro à União de Freguesias de Cabreiras e Passos S. Julião

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao Apoio Financeiro a atribuir à União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, para execução da obra do "Centro Cultural Interiores – Cabreiros", decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2017), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 50.000,00€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao Apoio Financeiro serão suportados pelo orçamento de 2017, através da rubrica "0102.0805010201 – Freguesias – Obras e Melhoramentos nas Freguesias", inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2017 com o n.º "2017/8 – Transferências de capital – Freguesias – Apoios Financeiros".

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,


Sandro Louro